

## TRANSFORMAÇÕES RELATIVAS À TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO CAMPO DA SURDEZ NO BRASIL

Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamlourença<sup>1</sup>

**RESUMO:** A tradução e interpretação no campo da surdez no Brasil se consolidam nos últimos anos a partir dos avanços sociais e políticos, bem como pela produção de pesquisa na área. Atuar como tradutor e intérprete de língua de sinais na atualidade pressupõe acompanhar as mudanças relativas à profissão em vias de se ter condições de realizar o exercício profissional na interface com a multidisciplinaridade dos contextos plurais e mesmo multilíngues em que os surdos se inserem. É nesse sentido que pela legislação e pelas demandas de atuação, conforme se visualiza em literatura recente, propõe-se refletir acerca da ampliação dessa área e da importância da formação contínua de quem atua ou mesmo tem a intenção de atuar nesse campo cada vez mais promissor. A formação profissional a partir de saberes e conhecimentos diversos, que podem ser construídos em diferentes níveis formativos nas modalidades presencial e à distância, impulsiona o desenvolvimento profissional desse recurso humano que favorece as ações de inclusão. Compreende-se que as ações formativas precisam estar relacionadas com as demandas do campo de atuação, as quais são sinalizadas pelo próprio mercado profissional que se expande de modo cada vez mais criterioso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução e interpretação. Língua de sinais. Formação profissional.

**ABSTRACT:** In Brazil translation and interpretation in the field of deafness have been recently consolidated by social and political advances, as well as by the production of research in this area. Nowadays acting as a translator and interpreter of sign language presupposes to recognize the changes related to the profession in the way of being able to perform the activity in a multidisciplinary and even multilingual contexts in which deaf people that use sign language are inserted. So by the legislation and by the plural demands of acting, as it could be seen in recent literature, it is proposed to reflect on the expansion of this area and the importance of continuous training of those who work or intend to work in this increasingly field. Professional training based on diverse knowledge which can be constructed on different formative levels, including, online courses, boosting the professional development of this human resource that favors actions of inclusion. It is understood that the formative actions need to be related to the demands of this field of activity, which is showed by this professional field that expands and increases.

**KEYWORDS:** Translation and interpretation. Sign language. Professional training.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação Especial-PPGEEs – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos – SP, Brasil. E-mail: [primegi@yahoo.com.br](mailto:primegi@yahoo.com.br) O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### **Introdução**

É notório que a tradução e interpretação no campo da surdez vem se consolidando consideravelmente no Brasil em virtude dos avanços sociais e políticos da área. Visualiza-se em nível nacional e internacional o potencial que a língua brasileira de sinais, Libras, tem na vida da comunidade surda no país.

Essa atividade tradutória, que vem ganhando uma expressiva expansão no tocante a sua prática e produção de pesquisas, principalmente a partir dos instrumentos legais que mais especificamente versam sobre os direitos dos surdos (BRASIL, 2002; 2005; 2010; 2015), se efetiva a partir de ações de acessibilidade que difundem e conferem visibilidade à Libras, ao surdo e ao profissional tradutor e intérprete, tendo como resultado grandes transformações.

A inserção do profissional nos diferentes espaços sociais, por exemplo, é um direito dos surdos que fazem uso da Libras (BRASIL, 2005), e esse fator, entre outros, tem impulsionado, há pouco mais de duas décadas, a investigação científica nessa área que recentemente se consolida, o que tem ampliado e reconfigurado as representações acerca da atividade (SANTOS, 2013).

A instantaneidade das mídias sociais em suas publicações, por exemplo, e o impacto disso é uma potência para a visibilidade das ações e práticas, coerentes ou não, que são realizadas. Perspectivas que podem influenciar diretamente na atuação e formação profissional, a qual se supõe habilitar o tradutor e intérprete para atuar na interface com a multidisciplinaridade relativa aos diferentes espaços, contextos sociais e áreas em que os surdos podem se inserir ou ter acesso.

Nesse sentido, propõe-se refletir acerca da ampliação dessa área de atuação e da importância da formação contínua de quem atua ou mesmo tem a intenção de atuar. Diante das demandas de inserção do tradutor e intérprete em diferentes setores e agências sociais, necessário se faz o desenvolvimento profissional em vias de buscar condições de inserir-se ou mesmo ter estabilidade nesse campo em ascensão que se expande de forma cada vez mais criteriosa.

### **Transformações e amplitude no campo de atuação**

Legalmente reconhecido o exercício da profissão do tradutor e intérprete de Libras, a este profissional cabe atuar com competência nas atividades de tradução e interpretação entre Libras e língua portuguesa a partir da modalidade consecutiva ou simultânea, o que pressupõe proficiência, conforme prevê legislação específica (BRASIL, 2010).

Compreende-se que a prescrição da atividade com proficiência esteja atrelada ao papel que a língua de sinais assume na vida do sujeito surdo que dela faz uso. A Libras é um meio de comunicação e expressão legalmente reconhecido no país (BRASIL, 2002) e, como forma do surdo poder se comunicar e se expressar, viabiliza um potencial não apenas linguístico, mas também social ao seu falante.

A língua, conforme aponta Moura (2011) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito, uma vez que o insere no mundo da linguagem. Assim, a atuação do tradutor e intérprete no campo da surdez, que no Brasil não se restringe necessariamente ao par linguístico Libras/língua portuguesa, está estritamente relacionada com a formação e com o desenvolvimento do sujeito surdo. Sua inserção enquanto profissional é garantida em distintas esferas de atividade social que podem realizar-se em português e Libras, mas também em par com outras línguas, como, por exemplo, o inglês e espanhol.

Realizar a atividade diz respeito a uma atuação que se supõe comprometida com o direito dos surdos que têm acesso às informações a partir da língua de sinais, o que demanda uma condição profissional que contemple as necessidades e/ou especificidades que lhes são inerentes. Assim, cabe ao intérprete, entre outros, “estar preparado enunciativa, psíquica e cognitivamente” (NASCIMENTO, 2016, p. 40), o que, atrelado a um preparo físico, linguístico, teórico, prático e emocional, viabiliza e potencializa o exercício de sua profissão.

É nesse sentido que garantir acessibilidade não concerne à inserção de aspirantes ou mesmo daqueles que pela condição bilíngue de algum modo realizam a tradução e interpretação sem condições profissionais e sem estar em percurso formativo em vias de se profissionalizar para acompanhar os avanços e amplitude da área. Não se pretende

descaracterizar ou desvalorizar o profissional novato que passa a assumir tarefas mais formais e complexas, mas chamar atenção acerca das práticas que procuram dar continuidade a um fazer apenas assistencial e que não competem à complexidade da tradução e interpretação em seus contextos de produção cada vez mais plurais na atualidade.

O tradutor e intérprete enquanto recurso humano favorece as ações de inclusão, e as premissas e representações relacionadas às pessoas com surdez falantes da Libras diferem significativamente do primórdio da atuação, e, para que o exercício de cidadania e os direitos dos surdos sejam garantidos se faz necessário atendê-los nas demandas, exigências específicas e características das diferentes agências e contextos de atuação.

A representação acerca do tradutor e intérprete enquanto profissional como se vê na atualidade, bem como de sua atividade é recente no país, isso porque, embora venha sendo desempenhada para favorecer a comunicação dos surdos, é pós legislação de reconhecimento da língua de sinais no país (BRASIL, 2002; 2005) e até mesmo da Lei 12.319 que regulamenta a profissão (BRASIL, 2010) que ela passa a ser valorizada de modo mais efetivo.

Em regulamentação à Lei nº 10.436 de 2002, precedendo a Lei 12.319 de 2010, o Decreto nº 5.626 de 2005, instrumento legal de grande impacto no campo da surdez e que dispõe sobre diferentes aspectos relacionados aos direitos sociais, educacionais e linguísticos dos surdos, prevê sobre a inserção e formação desse profissional, e pode ser considerado como um documento norteador de novas práticas direcionadas tanto aos surdos quanto aos profissionais que com eles atuam.

Todavia, embora muitas transformações sejam empreendidas nos últimos anos, e muitas experiências de inserção profissional sejam positivas, “a participação de intérpretes nem sempre é livre de problemas, já que emerge uma dificuldade em estabelecer relação harmoniosa quanto ao local de atuação, possibilidades de intervenção, e relações de poder” (LACERDA, 2018, p. 21).

Destaca-se também que ainda é possível que a representação da atividade, a concepção que se tem sobre tradução, interpretação e até mesmo sobre o surdo se fundamentem sob um viés assistencial, restrito e mais comprometido com oportunidades de trabalho de alguns que, embora em alguma medida conheçam a Libras, sem condição

profissional no que se refere à saberes e conhecimentos específicos, se submetem à uma exposição pública passível de ser avaliada por um corpo de profissionais que, espalhado pelo país, se posiciona de modo crítico e reflexivo em defesa da profissão e do que lhe concerne.

O campo da surdez em constante movimento, avanço social, político e mesmo linguístico tem norteado um cenário de atuação cada vez mais complexo ao tradutor e intérprete. Logo, as demandas de conhecimentos para a prática profissional neste mercado impulsionam a formação em diferentes níveis, e o embasamento teórico-prático se faz relevante para a atuação, até porque, no tocante ao ato tradutório “de fato, por trás de toda prática existem decisões que remetem a conceitos mais ou menos definidos na mente daquele que traduz” (GOVORITZ, 2016, p. 20).

No Brasil, a tradução e interpretação do par linguístico Libras/língua portuguesa e mesmo com outras línguas podem se realizar em áreas multidisciplinares, como no âmbito da saúde, da política, do contexto educacional nos seus diferentes níveis e modalidades, bem como no contexto religioso, o qual protagonizou as primeiras ações de inclusão de surdos no país e que foram tomando amplitude graças à valorização e reconhecimento legal da Libras (NASCIMENTO, 2016; GIAMLOURENÇO, 2018).

Desse modo, o mercado profissional é um agente sinalizador para a oferta de cursos em níveis e modalidades distintas, e mesmo para (re) definições e atualizações curriculares dos cursos de graduação existentes em atenção ao campo de atuação que se amplia pelos movimentos da comunidade surda e pelas ações que deles decorrem, sendo fundamental que a formação do profissional contemple os aspectos relativos à profissão, isso porque

As demandas de diferentes contextos para atuação de intérpretes de Português-Libras estão visíveis em nossos cotidianos e têm aumentado consideravelmente a partir das políticas oriundas do decreto 5626/2005, que regulamenta a lei de Libras. Nesse sentido, definir objetivos de aprendizagem, competências e conteúdos a partir dessas necessidades sociais e demandas de mercado e desenhar formas de intervenção pedagógica que orientem a formação desses profissionais tornam-se fundamentais para sua qualificação (NOGUEIRA; VASCONCELLOS; SANTOS, 2016, p. 30, 31).

Nesse contexto, a atividade do tradutor e intérprete no campo da surdez no Brasil, embora ainda possa ter início nas ações voluntárias, vem se expandindo numa área que tem se caracterizado pelo reconhecimento, profissionalização e valorização da profissão que se amplia, entre outros, pela formação em nível de graduação, estando, como se visualiza em Martins e Nascimento (2015), no rol das escolhas universitárias.

O tradutor e intérprete de língua de sinais pode atuar tanto em contextos informais quanto em situações formais que requerem saberes mais específicos e plurais. Pode atuar também em atividades onde se faz necessária a edição de materiais de tradução, por exemplo, o que torna importante a construção de saberes e conhecimentos que envolvam tecnologias aplicadas à tradução e interpretação nesse campo, o qual difere das línguas intramodais dado que “ a competência requerida dos intérpretes e tradutores de línguas de sinais ser marcada por certa capacidade corporal cinestésica, diretamente ligada à competência linguística e à competência comunicativa [...]” (RODRIGUES, 2018, p. 51).

Desse modo, o cenário atual movido e perpassado por essas significativas transformações sinaliza novas habilidades que competem ao tradutor e intérprete desenvolver para atender as aberturas e facetas do mercado. Essas habilidades precisam contemplar uma multiplicidade de saberes, conhecimentos, conteúdos, ações de diferentes naturezas, inclusive, acessibilidade pelas novas tecnologias midiáticas com os quais ou a partir das quais é possível atuar.

### **Formação e desenvolvimento profissional**

O tradutor e intérprete no campo da surdez atua em contextos diversos que demandam saberes plurais, mas também específicos. Nos últimos anos, cada vez mais se ampliam as pesquisas sobre a formação desse profissional nos eventos relacionados à tradução no país, sendo possível verificar que diferentes investigações vêm sendo desenvolvidas em vias de refletir e mesmo contribuir aos aspectos relacionados à atuação profissional.

A título de ilustração, no que tange a essa formação, visualiza-se que no II Seminário internacional de pedagogia e de didática da tradução – Seditrad - realizado em outubro de 2018, foram apresentadas pesquisas que investigam desde os desenhos curriculares à prática pedagógica (RODRIGUES, 2018), questões de ética e conduta

profissional (CARNEIRO; 2018), importância da experiência dos novatos em atividades com profissionais mais experientes (BARBOSA, 2018), formação multilíngue (AGUIAR; VIGATA, 2018) até a produção de materiais didáticos para a atuação a partir de gênero específico (SILVA, 2018).

Isso mostra que muitos aspectos podem ser tomados como relevantes para a formação inicial e mesmo continuada do tradutor e intérprete nesse campo, o qual, como também se percebe no contexto das línguas intramodais, conforme se visualiza em Gonçalves (2018), apresenta uma carência de parâmetros curriculares relativos à formação no país. Embora neste estudo não se discuta concepção curricular e conteúdos que podem preencher uma matriz, considera-se a dimensão desse mercado ampla e variável.

Portanto, precisamos de desenhos curriculares integradores, flexíveis e capazes de favorecer o estabelecimento de processos de ensino-aprendizagem que preparem o intérprete/tradutor-em-formação para lidar com as questões inerentes à atuação com línguas de diferentes modalidades em diversos contextos e situações, assim como para enfrentar as constantes transformações do mercado de trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura (RODRIGUES, 2018, p. 52).

A atuação nesse campo multifacetado e que se transforma torna a formação inicial e continuada uma necessidade e um desafio. A oferta de cursos de tradução e interpretação em nível superior, por exemplo, vem ao encontro da legislação que prevê no Decreto 5.626 em seu “Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005).

Sobre a formação nesse nível de ensino, Nascimento (2016), que faz um estudo sobre a formação desse profissional no Brasil, indica a existência de cursos de formação superior em universidades federais de diferentes regiões do país com distintas denominações, e essas ofertas são viabilizadas pelo “Programa Viver Sem Limites, que determinou a abertura de um curso no campo da língua de sinais (Licenciatura ou Bacharelado em Letras/Libras ou Pedagogia Bilíngue) em cada unidade da federação” (NASCIMENTO, 2016, p. 77).

Ainda no tocante a formação em nível superior, um panorama de currículos de cursos de Graduação em Letras Libras, Bacharelado em Tradução e Interpretação

realizado por Ferreira (2015) aponta que “em sua maioria estes cursos ofertados estão formando profissionais para atuação genérica, ou seja, não se tem uma formação em que dará especialidades a estes futuros tradutores/intérpretes” (FERREIRA, 2015, p. 125), o que mostra a importância de se ter uma formação contínua em atenção às transformações e amplitudes relativas ao campo.

Nessa área que se amplia, no que tange aos saberes, estes precisam ser cada vez mais plurais, os quais, com base nas ponderações de Rodrigues (2018), é possível destacar conhecimentos relacionados à questões sociais, políticas e culturais na interface com a tradução e interpretação, a diferença entre seus respectivos processos, a questão da direcionalidade em que se realiza a atividade, a performance do profissional, entre outras questões próprias da modalidade da língua de sinais.

Em seu estudo sobre práticas e formação do intérprete no ensino superior, Gurgel (2010) indica a necessidade de “cursos e disciplinas específicas focalizando a questão da formação do intérprete de Libras, incluindo discussões sobre técnicas de interpretação, ética profissional e, principalmente, criando oportunidades de debates visando à construção do profissional” (GURGEL, 2010, p. 154), o que amplia ainda mais possíveis temáticas para reflexão e formação profissional.

Pensar numa formação inicial especializada para o tradutor e intérprete no campo da surdez pode ser uma possibilidade, todavia, independentemente se genérica ou especializada, necessário se faz uma formação contínua em vias de se contemplar a dimensão plural e multidisciplinar da profissão e da atuação, principalmente porque “quanto mais a comunidade surda se inserir e participar dos diferentes espaços na/da sociedade, mais os surdos serão impulsionados para a produção de novos conceitos e termos na Libras. E, conseqüentemente, para atuação de intérpretes em diferentes contextos discursivos” (LACERDA, 2018, p. 21).

O desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete no campo da surdez é discutido por Giamlourença (2018) que reflete que a formação profissional pode ser construída de forma multideterminada e plural a partir de diferentes processos formativos. A autora apresenta a formação comunitária, a formação sistematizada e a formação em serviço como modalidades de formação que se relacionam a partir de aspectos relativos.

A formação comunitária, a qual ocorre no contexto da informalidade das interações pela participação do profissional na comunidade surda, por sua interação com surdos fluentes em contextos distintos ou pela troca com pares e profissionais mais experientes, mesmo sem uma intencionalidade formativa “carrega uma recursividade linguística e cultural que subjaz a constituição profissional” (GIAMLOUREÇO, 2018, p. 55).

A formação sistematizada “corresponde à modalidade de formação que ocorre nos espaços formais em distintos níveis formativos sob uma estrutura organizada para sua realização” (Idem, p. 61), sendo sustentada pelo rigor científico da produção e reprodução de saberes e conhecimentos sistematizados relacionados à tradução e interpretação no campo da surdez.

A formação em serviço, ainda com base nas ponderações da autora, ocorre nos espaços de atuação permitindo ao profissional um processo de reflexão sistemática individual e também compartilhada. Todas as modalidades favorecem a construção da formação profissional, a qual ocorre na individualidade e na coletividade em níveis distintos de profissionalização e/ou qualificação a partir, principalmente, da interposição profissional, que diz respeito ao processo de partilha entre pares e profissionais surdos e ouvintes favorecendo, entre outros, conhecimentos relacionados à questões linguísticas e da cultura profissional (GIAMLOUREÇO, 2018).

Diante das transformações no campo da surdez e da importância da formação inicial e continuada do tradutor e intérprete de línguas de sinais no país, o desenvolvimento profissional pode também ser impulsionado através de processos formativos construídos e realizados na modalidade de educação à distância, até porque, em relação à tradução “eventos nacionais e internacionais apresentam a EAD como tendência para o futuro da formação de tradutores e intérpretes” (GINEZI, 2016, p. 34).

É nesse sentido que a partir da tecnologia ações de formação em diferentes níveis e modalidades podem contribuir aos avanços da área impulsionando-a ainda mais, favorecendo o desenvolvimento e a constituição do corpo profissional (GIAMLOUREÇO, 2018). As universidades públicas, por exemplo, com as propostas de ensino, pesquisa e extensão, além de ações presenciais podem ampliar sua contribuição

à sociedade a partir de ações formativas em EaD, pensando em atividades que vão ao encontro das demandas desse campo sob as premissas da inclusão.

No que tange a atividades de extensão vale destacar que o “principal papel das atividades de extensão é aumentar o vínculo e o diálogo da universidade com a sociedade, e, desta forma, contribuir para a formação de profissionais éticos e sensíveis ao contexto social no qual estão inseridos” (CAMPOS; ALVES; BRAGA, 2016, p. 16).

Desse modo, projetos de extensão na modalidade EaD relacionados ao desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete que atua com surdos em contextos plurais poderiam favorecer a qualificação de profissionais em diferentes regiões do Brasil, inclusive e principalmente para aqueles que não estão nos grandes centros ou nos locais onde as formações são ofertadas (GIAMLOURENÇO, 2018).

No país, diferentes eventos vêm sendo realizados, e pesquisadores de diferentes regiões se reúnem para refletir a formação profissional principalmente em eventos presenciais, como é o caso do ENAPTILSP (Encontro Nacional de Professores de Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa das Universidades Federais), o que é extremamente relevante. Todavia, essa abertura pode ser mais ampla contemplando o uso de mídias e tecnologias utilizadas pela EaD tanto para a projeção de eventos dessa natureza, bem como para a realização de outras atividades formativas como forma de democratizar ainda mais o acesso e oportunizar a participação de mais pesquisadores, profissionais surdos e ouvintes envolvidos nas ações e práticas relacionadas à formação do tradutor e intérprete.

Considerando o histórico excludente de surdos no Brasil e a expansão de oportunidades de acesso que hoje lhes é garantida, a atuação pode demandar e se sustentar em saberes e conhecimentos plurais que contemplam uma variedade de aspectos, temas, práticas e posturas profissionais. Os tradutores e intérpretes atuam para acessibilizar conteúdos aos surdos, e ambos podem apresentar níveis distintos de uso da Libras, logo, o profissional precisa ampliar sua competência e também adequar sua produção linguística em contextos específicos.

Isso remete à uma prática comprometida com a inclusão dessa minoria linguística. Comumente, conforme se visualiza em Pinto (2016), a língua que tem esse status diz respeito a uma língua minoritária que pode ser compreendida como destituída de

autoridade cultural ou prestígio no contexto social. Entretanto, como já visto, as representações acerca da língua de sinais têm se ampliado, e os tradutores e intérpretes também podem protagonizar este processo a partir, por exemplo, da atuação, gestão da atividade e postura profissional.

Enfim, os saberes e conhecimentos plurais suscetíveis de serem construídos a partir de diferentes processos e modalidades formativas precisam sustentar uma formação profissional contínua que compreenda, entre outros, a inclusão do surdo, o processo de tradução e interpretação, questões como gestão da atuação e uso de tecnologias entre uma multiplicidade de temáticas que precisam ser refletidas diante da valorização da língua de sinais, sobretudo do direito à igualdade de oportunidades e cidadania dos surdos, bem como da própria valorização da profissão.

### **Considerações finais**

Diantes das transformações sociais e políticas no campo da surdez, contemplada a amplitude e valorização dessa área de tradução e interpretação, destaca-se a relevância da qualificação e desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais, sua construção de saberes e conhecimentos relacionados às questões e demandas inerentes aos contextos de atuação.

A perspectiva evolutiva nesse campo mostra que diante dos processos de inclusão do surdo na sociedade, além de se consolidar essa área, amplia-se o mercado e as oportunidades profissionais. Assim, o compromisso de assumir o desenvolvimento profissional cabe tanto ao tradutor e intérprete pela sua disposição em se qualificar quanto às instâncias e/ou instituições de ensino que podem ofertar essa formação de modo ampliado e democrático em diferentes níveis e modalidades, como, por exemplo, a partir de atividades de extensão na modalidade EaD.

### **Referências**

BRASIL. *Lei 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)> Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, quedispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2005.

BRASIL. *Lei 12.319* de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)> Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. *Lei 13.146* de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

AGUIAR, D. K. S. S.; VIGATA, H. S. Os cursos superiores para tradutores intérpretes de línguas de sinais formam para atuação em contextos multilíngues?. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 63-64.

BARBOSA, D. A constituição de mentores para a formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 53-54.

CAMPOS, T. L.; ALVES, D. A. S.; BRAGA, C. N. O. o papel da atividade de extensão na formação de tradutores: o exemplo do projeto extrad. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília. **Resumos...** Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 16-17.

CARNEIRO. T. D. O papel dos códigos de ética e conduta profissional na formação do tradutor e intérprete de línguas de sinais no Brasil. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 52-53.

FERREIRA, D. *Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIAMLOURENÇO, P. R. G. M. *Tradutor e Intérprete de Libras: Construção da formação profissional*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

GINEZI, L. L. A formação de tradutores e intérpretes na EaD – Estudos sobre o desenvolvimento da autonomia do aluno e a qualidade do ensino. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 34.

GONÇALVES. J. L. V. R. A formação acadêmica e a perspectiva de tradução de tradutores profissionais. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 27.

GOROVITZ, S. O projeto final de curso de graduação: uma introdução à pesquisa em estudos da tradução. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 19-20.

GURGEL, T. M. A. *Práticas e formação de tradutores e intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior*. Tese de Doutorado. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba/ UNIMEP, Piracicaba, 2010.

LACERDA, C. B. F. O papel do intérprete de Libras. *Semana do Tradutor Caminhos da acessibilidade: O papel sociocultural da tradução*, nº 38., 2018. São José do Rio Preto. São José do Rio Preto: UNESP, 2018. p. 21.

MARTINS, V, R. O; NASCIMENTO, M. V. B. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Cadernos de Tradução*, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p78>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MOURA, M. C. Surdes e linguagem. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). *Língua brasileira de sinais – Libras: uma introdução*. São Carlos, EdUFSCar, 2011. P. 11-25.

NASCIMENTO, M.V.B. *Formação de Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, T. C; VASCONCELLOS, M. L. B; SANTOS, S. A. A elaboração de material didático para o ensino de intérprete de Libras-Português. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília. Universidade de Brasília, 2016. p. 30-31.

NUNES, J. P. Sim, traduzo para o português. A língua portuguesa nos bacharelados em tradução. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 40.

PINTO, M. S. A formação de tradutores de uma língua minoritária com o a turca no Brasil: um relato pessoal. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 1., 2016, Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 13-14.

RODRIGUES, C. H. A especificidade da formação de intérpretes e tradutores intermodais: que aspectos interferem na constituição do desenho curricular. *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDITRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 51-52.

SANTOS, S. A. *Tradução/Interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, M. C. A formação de tradutores: Elaboração de material didático para trabalhar poemas (Português/ LIBRAS). *Seminário Internacional de Pedagogia e de Didática da Tradução (SEDIRAD)*, 2., 2018, Brasília: UnB/LET/POSTRAD, 2018. p. 64.